

Ministério da Defesa Nacional

Estado-Maior-General das Forças Armadas



**FORÇAS ARMADAS
PORTUGAL**

CADERNO DE ENCARGOS

Procedimento: Concurso Público com Publicação de Anúncio no JOUE

NPD n.º 2025003259

Material laboratorial – valência química

QUE QUEM QUIS SEMPRE PÔDE



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
DIREÇÃO DE FINANÇAS

Índice

PARTE I CLAÚSULAS JURÍDICAS.....	4
Cláusula 1. ^a Objeto.....	4
Cláusula 2. ^a Contrato.....	4
Cláusula 3. ^a Prazo	5
Cláusula 4. ^a Obrigações principais do adjudicatário.....	5
Cláusula 5. ^a Entrega dos bens objeto do contrato.....	8
Cláusula 6. ^a Conformidade e operacionalidade dos bens	8
Cláusula 7. ^a Inspeção e Testes.....	8
Cláusula 8. ^a Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias.....	9
Cláusula 9. ^a Aceitação dos bens	9
Cláusula 10. ^a Garantia técnica e de continuidade de fabrico dos bens	10
Cláusula 11. ^a Objeto do dever de sigilo	11
Cláusula 12. ^a Prazo do dever de sigilo.....	12
Cláusula 13. ^a Acesso às instalações	12
Cláusula 14. ^a Preço Base.....	12
Cláusula 15. ^a Condições de pagamento	13
Cláusula 16. ^a Caução	14
Cláusula 17. ^a Penalidades contratuais.....	14
Cláusula 18. ^a Força Maior	15
Cláusula 19. ^a Resolução de contrato por parte do contraente público	17
Cláusula 20. ^a Resolução de contrato por parte do cocontratante	17
Cláusula 21. ^a Foro competente	18
Cláusula 22. ^a Cessão da posição contratual e subcontratação pelo cocontratante.....	19
Cláusula 23. ^a Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante.....	19



S. R.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
DIREÇÃO DE FINANÇAS

Cláusula 24. ^a Comunicações e notificações.....	19
Cláusula 25. ^a Deveres de colaboração recíproca e informação	20
Cláusula 26. ^a Gestor do Contrato	20
Cláusula 27. ^a Consulta Preliminar ao Mercado.....	20
Cláusula 28. ^a Contagem dos prazos	21
Cláusula 29. ^a Proteção de dados pessoais	21
Cláusula 30. ^a Legislação aplicável	21
PARTE II CONDIÇÕES ESPECÍFICAS.....	22
Cláusula 31. ^a Enquadramento.....	22
Cláusula 32. ^a Morada de entrega do objeto de contrato	22
Cláusula 33. ^a Mapa de quantidades.....	22
Cláusula 34. ^a Instalação e configuração	24
Cláusula 35. ^a Especificações Técnicas – LOTE 1	24
Cláusula 36. ^a Especificações Técnicas – LOTE 2	28
Cláusula 37. ^a Especificações Técnicas – LOTE 3	31
Cláusula 38. ^a Especificações Técnicas – LOTE 4	32
Cláusula 39. ^a Especificações Técnicas – LOTE 5	35
Cláusula 40. ^a Especificações Técnicas – LOTE 6	37
Cláusula 41. ^a Especificações Técnicas – LOTE 7	39
Cláusula 42. ^a Especificações Técnicas – LOTE 8	43
Cláusula 43. ^a Especificações Técnicas – LOTE 9	45
Cláusula 44. ^a Suporte e Apoio Técnico.....	46



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
DIREÇÃO DE FINANÇAS

CADERNO DE ENCARGOS

PARTE I CLAÚSULAS JURÍDICAS

Cláusula 1.^a

Objeto

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, na sequência do procedimento pré-contratual, que tem por objeto principal o(a) “**Aquisição de material laboratorial – valência química**”, cujas condições técnicas específicas se encontram expressas na parte II do presente caderno de encargos, dele fazendo parte integrante.
2. Qualquer referência, nas peças deste procedimento, a fabricantes ou proveniências determinadas, processos de fabrico específicos, marcas, patentes ou modelos e a uma dada origem ou produção, considera-se acompanhada da menção “ou equivalente”, salvo se o contrário for indicado a fim de assegurar a interoperabilidade de equipamentos e tecnológicas que deve ser respeitada a fim de garantir o funcionamento das Forças Armadas.

Cláusula 2.^a

Contrato

1. A execução do contrato obedece:
 - a. Às cláusulas do contrato e ao estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante;
 - b. Ao Código dos Contratos Públicos (CCP);
 - c. À restante legislação e regulamentação aplicável.
2. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual, incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do CCP.
3. Conforme n.º 2 do artigo 96.º do CCP, fazem parte integrante do contrato, independentemente da sua redução a escrito:
 - a. Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
DIREÇÃO DE FINANÇAS

- b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c. O caderno de encargos integrado pelo programa;
 - d. A proposta adjudicada;
 - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados, conforme n.º 5 do artigo 96.º do CCP.
5. Conforme n.º 6 do artigo 96.º do CCP, em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 3 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do CCP.
6. Quando a redução do contrato a escrito não tenha sido exigida ou tenha sido dispensada, entende-se que o contrato resulta da conjugação do caderno de encargos com o conteúdo da proposta adjudicada, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 95º do CCP.

Cláusula 3.^a

Prazo

1. O prazo de execução do objeto do presente procedimento **não pode exceder os 4 (quatro) meses contínuos**, a iniciar no dia útil seguinte ao envio do pedido de compra, cessando automaticamente após esse período.
2. O contrato mantém-se em vigor até à prestação do objeto de contrato, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, e aceitação dos mesmos pelo contraente público, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
3. No caso de se verificarem atrasos injustificados, imputáveis ao adjudicatário, este é obrigado, a expensas suas, a tomar todas as medidas de reforço de meios de ação e de reorganização necessárias à recuperação dos atrasos e ao cumprimento do prazo de execução.

Cláusula 4.^a

Obrigações principais do adjudicatário

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário, em conformidade



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
DIREÇÃO DE FINANÇAS

com a absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência, as seguintes obrigações principais:

1. Prestar à entidade adjudicante, de forma correta e fidedigna, em qualquer tempo na pendência da execução do objeto de contrato, as informações e os esclarecimentos relativos ao mesmo, prestados no âmbito do contrato a celebrar, em conformidade com as cláusulas do presente caderno de encargos;
2. Todos os encargos, despesas e custos relativos ao objeto de contrato são da responsabilidade do adjudicatário, incluindo despesas e custos com documentos e transporte;
3. Comunicar, antecipadamente, à entidade adjudicante, de forma fundamentada, logo que deles tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a execução do contrato ou o cumprimento de qualquer obrigação, obrigando-se, se tal for aceite e oportuno, a restabelecer a prestação ou reparar o incumprimento em prazo razoável;
4. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação, qualificação e credenciações exigidas no procedimento, bem como a situação tributária regular assim como perante a segurança social;
5. Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à entidade adjudicante, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
7. Responsabilizar-se pelos atos praticados por todas as pessoas que, no âmbito do contrato a celebrar, exerçam funções por sua conta, considerando-se para esse efeito como órgãos ou agentes do adjudicatário;
8. Apresentar os documentos de habilitação, atualizados, sempre que solicitado, a que estão obrigados, nos termos do artigo 81.º do CCP;
9. Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato, sem prévia autorização da entidade adjudicante;
10. Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios àquela



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
DIREÇÃO DE FINANÇAS

execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos;

11. Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;
12. Coordenar com a entidade adjudicante a definição e execução das normas de identificação do seu pessoal e os procedimentos adequados para acesso e circulação nas instalações da entidade adjudicante;
13. Constituem, ainda, encargos do adjudicatário, a celebração dos contratos de seguros indicados no presente caderno de encargos, a constituição de cauções se exigidas no presente procedimento e as despesas inerentes à celebração do contrato;
14. Recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao bom funcionamento dos equipamentos, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo;
15. Fornecer os bens identificados na sua proposta, de acordo com as características, especificações e requisitos técnicos e funcionais especificados na proposta adjudicada e no presente caderno de encargos;
16. Prestar garantia aos bens fornecidos, no mínimo, pelo prazo definido no presente Caderno de Encargos a contar da data da sua aceitação, contra quaisquer não-conformidades ou discrepâncias com as exigências legais e com as características, especificações e requisitos técnicos, correndo por sua conta os encargos inerentes à reposição dos resultados contratados;
17. Entregar os bens dentro do prazo estabelecido;
18. Entrega dos bens nos locais elencados no presente caderno de encargos;
19. Obter comprovativo de aceitação dos bens pela entidade adjudicante;
20. Assumir todos os encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes registadas ou licenças, recaindo sobre si as quantias que a entidade adjudicante tenha de pagar, seja a que título for, por ter infringido, na execução do contrato, quaisquer direitos.



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
DIREÇÃO DE FINANÇAS

Cláusula 5.^a

Entrega dos bens objeto do contrato

1. Os bens objeto do contrato devem ser entregues na morada e nas condições constantes na parte II do presente Caderno de Encargos.
2. O adjudicatário obriga-se a disponibilizar, simultaneamente, com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os documentos que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles, conforme o disposto no n.º 2 do artigo 443.º do CCP.

Cláusula 6.^a

Conformidade e operacionalidade dos bens

1. O adjudicatário obriga-se a entregar ao contraente público os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos na parte II do presente caderno de encargos.
2. Os bens objeto do contrato, bem como as respetivas peças, componentes ou equipamentos, devem ser novos, conforme disposto no n.º 2 do artigo 441.º do CCP, e entregues em perfeitas condições para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens, conforme o disposto no n.º 3 do artigo 441.º do CCP.
4. O adjudicatário é responsável perante o contraente público por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato.

Cláusula 7.^a

Inspeção e Testes

1. Efetuado o fornecimento dos bens, a entidade adjudicante, por si ou através de terceiro por ele designado, procede à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos correspondem às quantidades definidas na encomenda e se reúnem as características, especificações e requisitos definidos nas cláusulas técnicas deste caderno de encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
DIREÇÃO DE FINANÇAS

2. Durante a fase de realização de inspeção e testes, o adjudicatário deve prestar à entidade adjudicante toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar, durante a realização daqueles, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.
3. Os encargos com a realização dos testes, devidamente comprovados, são da responsabilidade do adjudicatário.

Cláusula 8.^a

Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias

1. No caso de os testes previstos na cláusula anterior não comprovarem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos, a entidade adjudicante deve informar, por escrito, o adjudicatário.
2. No caso previsto no número anterior, o adjudicatário deve prestar, à sua custa e no prazo razoável que lhe for determinado, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
3. Após a realização das reparações ou substituições necessárias pelo adjudicatário, a entidade adjudicante procede à realização de novos testes de aceitação, nos termos da cláusula anterior.

Cláusula 9.^a

Aceitação dos bens

1. Caso os testes a que se refere a cláusula 7.^a do presente caderno de encargos comprovem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no anexo ao presente caderno de encargos, deverá o Gestor de Contrato comunicar a aceitação dos bens através da certificação da receção em quantidade e qualidade na guia de remessa, fatura ou documento equivalente, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar do final dos testes.
2. Com a certificação da guia de remessa, fatura ou documento equivalente, a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos bens objeto do contrato para a entidade adjudicante, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o adjudicatário.



S. R.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
DIREÇÃO DE FINANÇAS

3. A certificação da guia de remessa, fatura ou documento equivalente, a que se refere o n.º 1 não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias dos equipamentos objeto do contrato com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos na parte II do presente caderno de encargos.

Cláusula 10.^a

Garantia técnica e de continuidade de fabrico dos bens

1. Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o adjudicatário garante os bens objeto do contrato, pelo prazo mínimo de **três anos** a contar da data da assinatura da certificação de conformidade pela entidade adjudicante, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos na parte II do presente caderno de encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.
2. A garantia prevista no número anterior abrange:
 - a. O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
 - b. A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
 - c. A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
 - d. O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
 - e. O transporte do bem ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
 - f. A deslocação ao local da instalação ou de entrega;
 - g. A mão-de-obra.
3. Durante o prazo de garantia, o adjudicatário é obrigado a fazer, imediatamente e à sua custa, as substituições de materiais ou equipamentos e a executar todos os trabalhos de reparação que sejam indispensáveis para assegurar o perfeito e normal funcionamento dos bens nas condições previstas.
4. Excetua-se do disposto no número anterior as substituições e os trabalhos de conservação e de reparação que resultem do uso anormal ou do desgaste e depreciação normais consequentes da sua utilização para os fins a que se destina.



S. R.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
DIREÇÃO DE FINANÇAS

5. A reparação, correção ou substituição previstas na presente cláusula devem ser realizadas dentro de um prazo razoável fixado pela entidade adjudicante e sem grave inconveniente para esta última, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.
6. No caso de ser ultrapassado o prazo estabelecido pela entidade adjudicante, o adjudicatário obriga-se a entregar equipamento de substituição de características idênticas ao avariado, pelo período necessário à reparação.
7. No prazo máximo de dois meses a contar da data em que a entidade adjudicante tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, esta deve notificar o adjudicatário, para efeitos da respetiva correção.
- 8. O material avariado só pode ser substituído por material novo.**
9. O adjudicatário deve assegurar a continuidade do fabrico e do fornecimento de todas as peças, componentes e equipamentos que integram os bens e os serviços objeto do contrato pelo prazo estimado de vida útil dos mesmos, de acordo com as regras de amortização contabilística aplicáveis, nos termos do disposto no artigo 446.º do CCP.

Cláusula 11.^a

Objeto do dever de sigilo

1. O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, relativa ao contraente público, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado, direta e exclusivamente, à execução do contrato.
3. Excluem-se do dever de sigilo, a informação e a documentação que fossem, comprovadamente, do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O fornecedor responde perante o contraente público pela violação do dever de sigilo e pela quebra de confidencialidade dos documentos referidos no n.º 1.



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
DIREÇÃO DE FINANÇAS

Cláusula 12.^a

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de **10 anos**, a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 13.^a

Acesso às instalações

1. A entidade adjudicante garante ao adjudicatário o acesso às instalações para a execução do presente contrato.
2. A entidade adjudicante define com o adjudicatário as normas de identificação do seu pessoal e os procedimentos adequados para acesso e circulação nas instalações da entidade adjudicante.
3. O adjudicatário e todos os funcionários que se encontrem ao seu serviço obrigam-se a observar as regras de segurança que, em cada momento, sejam estabelecidas pela entidade adjudicante e comunicadas ao adjudicatário.

Cláusula 14.^a

Preço Base

1. Pela aquisição dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o contraente público paga ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor à data da emissão da fatura, se este for legalmente devido, não podendo exceder o montante, do **preço base** do presente procedimento, de **69.000,00 € (sessenta e nove mil euros)**, sem IVA, não podendo exceder, **em cada lote, os preços base identificados na tabela seguinte:**

Lote	Descrição	Preço Base
1	Equipamento de proteção individual (EPI)	5.000,00 €
2	Sistema de proteção respiratória	6.300,00 €
3	Sistema de refrigeração pessoal	1.200,00 €
4	Material de laboratório	4.500,00 €



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
DIREÇÃO DE FINANÇAS

Lote	Descrição	Preço Base
5	Material de transporte	2.000,00 €
6	Material de apoio	7.700,00 €
7	Detetores de gás	8.000,00 €
8	Detetor CWA	34.000,00 €
9	Equipamento qualidade do ar	600,00 €
Total		69.300,00 €

2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente, quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças e todas as despesas inerentes ao transporte, desembaraço, fiscalizações, entre outros.

Cláusula 15.^a

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo contraente público, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. O vencimento das obrigações referidas no número anterior, refere-se ao cumprimento do objeto do contrato nos termos e condições do presente caderno de encargos e demais obrigações técnicas e legais atribuíveis ao fornecedor.
3. Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 60 dias, após a apresentação da respetiva fatura, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 299.º do CCP.
4. Nos termos do Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 14-A/2020, de 7 de abril e da Portaria n.º 289/2019 de 5 de setembro que regulamenta os aspetos complementares da fatura eletrónica, até à implementação do processo de fatura, o cocontratante pode emitir faturas utilizando mecanismos de faturação diferentes dos previstos no n.º 1 do artigo 299.º-B do CCP.
5. Toda a faturação deve ser emitida com a seguinte morada:

Direção de Finanças do Estado-Maior-General das Forças Armadas



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
DIREÇÃO DE FINANÇAS

**Avenida Ilha da Madeira,
1449-004 Lisboa.**

- 6. Deve fazer parte do descritivo das faturas:**
- a. O número do processo de despesa (NPD);**
 - b. O número do pedido de compra (PC);**
 - c. O número de compromisso orçamental;**
 - d. A descrição do objeto de contrato, e respetiva descrição do Lote a que se refere, caso exista;**
 - e. Número do contrato.**
- 7. A omissão da informação descrita no número anterior incorre na devolução da fatura.**
8. Em caso de discordância quanto aos valores indicados nas faturas, deve o contraente público comunicar ao cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida, no prazo de 10 dias.
9. O cocontratante não pode efetuar a transmissão de créditos ao abrigo de contratos de factoring ou proceder à cessão de créditos sem autorização expressa do contraente público.

Cláusula 16.^a

Caução

Não é exigida a prestação de caução nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 88.º do CCP, podendo a entidade adjudicante, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até 10 % do valor dos pagamentos a efetuar, nos termos do n.º 3 do artigo 88.º do CCP.

Cláusula 17.^a

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o contraente público pode exigir do fornecedor o pagamento de uma sanção pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
DIREÇÃO DE FINANÇAS

- a. Pelo incumprimento das datas e prazos de execução do objeto do contrato, até 0,5% do preço contratual por cada dia de atraso;
 - b. Pelo incumprimento da obrigação de garantia técnica, até 10% do preço contratual.
2. O valor acumulado das sanções aplicadas não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato. Nos casos em que seja atingido este limite e o contraente público decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, o mesmo é elevado para 30%, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 329.º do CCP.
 3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o contraente público pode exigir-lhe uma sanção pecuniária, cujo montante não pode exceder 20% do preço contratual, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 329.º do CCP.
 4. Ao valor da sanção pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos serviços objeto do contrato cujo atraso na prestação tenha determinado a respetiva resolução.
 5. Na determinação da gravidade do incumprimento, o contraente público tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.
 6. O contraente público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
 7. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 18.^a

Força Maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais, a cargo de qualquer das partes, que resulte de caso de força maior, entendendo-se, como tal, as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.



S. R.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
DIREÇÃO DE FINANÇAS

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, as seguintes situações: tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas, entre outras.
3. Não constituem força maior:
- a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
 - b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c. Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento, pelo fornecedor, de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d. Manifestações populares devidas ao incumprimento, pelo fornecedor, de normas legais;
 - e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor, cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
 - g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas, pelo período de tempo, comprovadamente, correspondente ao impedimento resultante da força maior.



S. R.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
DIREÇÃO DE FINANÇAS

Cláusula 19.^a

Resolução de contrato por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar, de forma grave ou reiterada, qualquer das obrigações que lhe incumbem, nomeadamente quando a entrega de qualquer bem objeto do fornecimento se atrase por mais de três meses ou o fornecedor declarar por escrito que o atraso na entrega excederá esse prazo., conforme estatuído no n.º 1 do artigo 448.º do CCP.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público, conforme estatuído no n.º 2 do artigo 448.º do CCP.
3. Nos casos de resolução sancionatória, havendo lugar a responsabilidade do fornecedor, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas, sem prejuízo do contraente público poder executar as garantias prestadas pelo fornecedor.
4. A resolução do contrato não invalida o direito a qualquer ação que venha a ser interposta, por parte do contraente público, com vista à justa indemnização por perdas e danos, eventualmente, sofridos com o incumprimento do contrato.
5. O contraente público pode ainda resolver o contrato, por razões de interesse público devidamente fundamentadas, e mediante o pagamento ao fornecedor de justa indemnização, nos termos do disposto no artigo 334.º do CCP.

Cláusula 20.^a

Resolução de contrato por parte do cocontratante

1. Sem prejuízo de outras situações de grave violação das obrigações assumidas pelo contraente público especialmente previstas no contrato e independentemente do direito de indemnização, o cocontratante tem o direito de resolver o contrato nas seguintes situações, conforme estipulado no n.º 1 do artigo 332.º do CCP:
 - a. Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
 - b. Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao contraente público;



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
DIREÇÃO DE FINANÇAS

- c. Incumprimento de obrigações pecuniárias, pelo contraente público, por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;
- d. Exercício ilícito dos poderes tipificados especificados no CCP, no capítulo sobre conformação da relação contratual pelo contraente público, quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;
- e. Incumprimento pelo contraente público de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato.

2. No caso previsto na alínea a) do n.º 1, apenas há direito de resolução quando esta não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou, caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do cocontratante ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença, conforme estipulado no n.º 2, do artigo 332.º do CCP.

3. O direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem conforme estipulado no n.º 3 do artigo 332.º do CCP.

4. Nos casos previstos na alínea c) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração ao contraente público, produzindo efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se o contraente público cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar, conforme estipulado no n.º 4 do artigo 332.º do CCP.

5. Nos termos do artigo 449.º, por remissão do artigo 451.º, ambos do CCP, a resolução do contrato, nos termos dos números anteriores, não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

Cláusula 21.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato, designadamente à sua interpretação, execução, incumprimento, invalidade ou resolução do contrato, fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
DIREÇÃO DE FINANÇAS

Cláusula 22.^a

Cessão da posição contratual e subcontratação pelo cocontratante

A subcontratação pelo cocontratante e a cessão da posição contratual, por qualquer das partes, depende da autorização do contraente público, nos termos do n.º1 do artigo 319.º CCP.

Cláusula 23.^a

Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante

Nos termos do artigo 318.º-A do CCP, em caso de incumprimento, pelo cocontratante das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o contraente público pode determinar a cessação da posição contratual do cocontratante, pela ordem sequencial do presente procedimento pré-contratual, a outro concorrente cuja proposta não tenha sido excluída.

Cláusula 24.^a

Comunicações e notificações

1. Conforme estatuído no artigo 467.º do CCP, as notificações devem ser efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.
2. Conforme estatuído no n.º 1 do artigo 468.º do CCP, todas as comunicações entre a entidade adjudicante ou o júri do procedimento e os interessados, os candidatos, os concorrentes ou o adjudicatário relativas à fase de formação do contrato devem ser escritas e redigidas em português e efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.
3. Conforme estatuído no n.º 2 do artigo 468.º do CCP, na falta de estipulação contratual, as comunicações entre o contraente público e o cocontratante relativas à fase de execução do contrato devem ser escritas e redigidas em português, podendo ser efetuadas pelos meios a que se refere o número anterior, ou por via postal, por meio de carta registada ou de carta registada com aviso de receção.
4. Para efeitos das comunicações previstas na presente cláusula, o adjudicatário deve disponibilizar, juntamente com os documentos de habilitação, os dados de contacto, designadamente, o endereço eletrónico, o número de telefone e o endereço postal.
5. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
DIREÇÃO DE FINANÇAS

Cláusula 25.^a

Deveres de colaboração recíproca e informação

1. Cada uma das partes está vinculada ao dever de informar de imediato a outra, sobre quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e que possam afetar os respectivos interesses na execução do contrato, de acordo com as regras gerais da boa-fé, sem prejuízo dos deveres de colaboração recíproca e informação, previstos nos artigos 289.º e 290.º, ambos do CCP.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar, de imediato, a outra, de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que, previsivelmente, impeçam o cumprimento de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de dez dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deve informar a outra do tempo ou da medida em que, previsivelmente, é afetada a execução do contrato.

Cláusula 26.^a

Gestor do Contrato

1. Nos termos do artigo 290.º-A do CCP, foi nomeado um gestor de contrato, que será devidamente identificado no contrato e respetivo pedido de compra.
2. Por forma a salvaguardar o acompanhamento permanente da execução do contrato, poderá o primeiro outorgante, designar outro gestor de contrato, informando o segundo outorgante dessa substituição.

Cláusula 27.^a

Consulta Preliminar ao Mercado

1. Nos termos do artigo 35.º-A do Código dos Contratos Públicos, foi realizada uma consulta preliminar ao mercado, de modo a obter informações relevantes para estabelecer, entre outras, o preço base.
2. As informações obtidas foram vertidas nas especificações técnicas constantes deste Caderno de Encargos
3. Toda a informação relevante resultante da consulta preliminar, caso seja solicitada, será disponibilizada aos futuros concorrentes do procedimento, o que necessariamente só ocorrerá após terminado o prazo de apresentação de propostas, em data a definir pela entidade adjudicante.



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
DIREÇÃO DE FINANÇAS

Cláusula 28.^a

Contagem dos prazos

À contagem de prazos, durante a execução do contrato, são aplicáveis as normas contidas no artigo 471.º do CCP, sendo estes contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 29.^a

Proteção de dados pessoais

No caso da execução do contrato implicar o acesso ou manuseamento de dados pessoais, na aceção constante no Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) da União Europeia, aprovado pelo Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016, o adjudicatário obriga-se a cumprir as regras vinculativas do RGPD, designadamente no que refere ao manuseamento e tratamento de tais dados, na estrita medida do necessário e exclusivamente para a finalidade da execução contratual.

Cláusula 30.^a

Legislação aplicável

Em todos os aspetos não regulados no presente contrato aplicam-se as normas do CCP e demais legislação aplicável.

Aprovo,
Diretor de Finanças,

Rui Manuel da Silva Pina
General



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
DIREÇÃO DE FINANÇAS

PARTE II
CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

Cláusula 31.^a

Enquadramento

Os materiais e equipamentos constantes nestas Especificações Técnicas destinam-se a equipar a Preventive Medicine Team (PMT), em processo de edificação, no contexto do NATO DEFENSE PLANNING PROCESS.

A PMT tem por objetivo dotar as FFAA de uma equipa de técnicos especializados da área da Saúde Militar, projetável, modular e interoperável, com uma prontidão de até 180 dias, capaz de “identificar, registar, monitorizar e reportar, os riscos e ameaças à saúde do pessoal, num teatro de operações, baseado numa perspetiva multinacional conjunta”. Esta força será capaz de apoiar o comandante de um TO na decisão sobre as medidas de mitigação do risco a implementar para assegurar a Proteção da Força, em quaisquer circunstâncias.

As características técnicas dos materiais devem obedecer aos requisitos apresentados.

As propostas de fornecedores deverão ser detalhadas, com descrições específicas das características, funcionalidades e normas, assim como das condições das propostas de fornecimento de diferentes módulos, quando aplicável.

Deverão ser apresentados os catálogos técnicos dos fabricantes e ser mencionados os programas de manutenção indicados, quando aplicável.

Cláusula 32.^a

Morada de entrega do objeto de contrato

Os bens objeto deste contrato deverão ser entregues na morada seguidamente indicada:

Estado-Maior-General das Forças Armadas
Av. Ilha da Madeira
1449-004 Lisboa

Cláusula 33.^a

Mapa de quantidades

O objeto deste procedimento, contempla os seguintes materiais e equipamentos, detalhados na presente cláusula:



S. R.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
DIREÇÃO DE FINANÇAS

Lote	Item	Designação	Quantidade
1	01	Fato de proteção BQR	60
	02	Cobre botas	20
2	01	Máscara de proteção respiratória	04
3	01	Colete de refrigeração	03
4	01	Colher de aço inoxidável 350ml	01
	02	Atomizadores de pressão PP/PE/HDPE 1500ml	03
	03	Embalagem 50 panos absorventes 510x380mm	01
	04	Embalagem 10 colheres de amostragem 150ml	01
	05	Embalagem 100 colheres de amostragem descartáveis 10ml	01
	06	Embalagem 5 pinças de polioximetileno (POM) 118mm	02
	07	Pinças aço inoxidável 145mm	05
	08	Embalagem 500 sacos de amostragem esterilizados com fecho 60ml	01
	09	Embalagem 500 sacos de amostragem esterilizados com fecho 150ml	01
	10	Embalagem 500 sacos de amostragem esterilizados com fecho 450ml	01
	11	Fracos de PTFE, boca larga, 50ml	05
	12	Fracos de PTFE, boca larga, 100ml	05
	13	Embalagem 100 pipetas serológicas 50ml	01
	14	Embalagem 100 sacos autoclaváveis em PP	01
	15	Suporte para sacos descartáveis	01
	16	Controlador de pipetas de vidro e plástico de 0,1ml a 100ml	01
	17	Estátulas de colher 235mm	03
	18	Embalagem 100 luvas nitrilo tamanho S	05
	19	Embalagem 100 luvas nitrilo tamanho M	05
	20	Embalagem 100 luvas nitrilo tamanho L	05
	21	Pares de luvas de butilo, resistente a químicos, sem latex, tamanho 7	06
	22	Pares de luvas de butilo, resistente a químicos, sem latex, tamanho 8	02
	23	Filtros combinados, classe A2B2E2K2HgCONOP3	08
	24	Filtros tipo 1140, classe AXP3	03
	25	Rolos de fitas resistentes a produtos químicos	05



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
DIREÇÃO DE FINANÇAS

	26	Recipientes de aço inoxidável com capacidade de 2L	02
5	01	Mala à prova de água e pedra	01
	02	Mala com carrinho e gavetas	01
	03	Mala hermética e resistente a químicos	01
6	01	Compressor	01
	02	Bateria portátil	01
	03	Arca frigorífica	01
	04	Caixa isotérmica	01
7	01	Detetor multigases	01
	03	Detetor de HCN	01
	04	Detetor de Cl ₂	01
8	01	Detetor com tecnologia IMS (ion mobility spectroscopy) integrada	01
9	01	Equipamento de monitorização de qualidade do ar	01

Cláusula 34.^a

Instalação e configuração

A instalação e configuração dos bens objeto de contrato estão incluídos no preço, assim como toda as ações tidas como necessárias para a operacionalização dos equipamentos constanstes da cláusula anterior.

Cláusula 35.^a

Especificações Técnicas – LOTE 1

Os equipamentos, objeto deste Lote, devem cumprir as especificações detalhadas na presente cláusula:

Item 1 - Fato de proteção BQR

1. Características gerais:

- a. O fato de proteção BQR é envergado por uma pessoa, com vista à sua proteção contra um ou mais riscos suscetíveis de ameaçar a sua saúde e segurança;
- b. O fato confere proteção contra substâncias e misturas perigosas, agentes biológicos nocivos e radiações ionizantes;
- c. O artigo é envergado em conjunto com os seguintes artigos:
- d. Aparelho de proteção respiratória;
- e. Luvas de butilo;



S. R.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
DIREÇÃO DE FINANÇAS

- f. Cobre-botas de butilo.
- g. A ligação entre o fato de proteção BQR e os artigos mencionados na alínea anterior é feita através de fita adesiva resistente a produtos químicos do tipo Kappler™ ChemTape®;
- h. O fato é envergado e removido (don & doff) pelo utilizador, sem necessidade de ajuda externa.

2. Configurações básicas obrigatórias:

- a. Constituído por uma única peça, com abertura frontal, com capuz e com meias integradas;
- b. Abertura frontal através de fecho de correr coberto por dupla aba autocolante;
- c. Ajuste elástico na face, punhos e cintura;
- d. Nas extremidades das mangas possui laço elástico para prender no polegar, de forma a evitar a subida da manga;
- e. Na zona inferior das pernas possui aba de recobrimento de botas, de forma a evitar escorrimento de líquidos para o interior do calçado;
- f. A superfície interna do artigo possui tratamento antiestático;
- g. Possui marcação CE e cumpre todas as regras e condições para a aposição da marcação CE;
- h. Tempo de vida útil ≥ 10 anos, quando armazenado, mantendo todas as suas características de proteção;
- i. Artigo de cor única (cinzento);
- j. Fato de proteção pertencente à categoria de riscos III, de acordo com o regulamento (EU) 2016/425;
- k. Proteção contra agentes biológicos nocivos:
 - l. 3B, 4B, 5B, 6B, de acordo com a norma EN 14126.
- m. Proteção contra substâncias e misturas perigosas:
 - n. Tipo 3 e Tipo 4, de acordo com a norma EN 14605;
 - o. Tipo 5, de acordo com a norma EN 13982;
 - p. Tipo 6, de acordo com a norma EN 13034.
- q. Proteção contra radiações ionizantes:
 - r. Classe 1, de acordo com a norma EN 1073-2.
- s. Permeabilidade:



S. R.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
DIREÇÃO DE FINANÇAS

Nome da Substância	Número CAS	Estado	Normalized Breakthrough Time (min)
Arsenic chloride	7784-34-1	Líquido	>32
Chlor trinitromethan	76-06-2	Líquido	>480
Chlor trinitromethan	76-06-2	Líquido	>480
Chlorine	7782-50-5	Vapor	>480
Dichloro methane (10.000 ppm)	75-09-2	Vapor	>50
Dichloro methane (1000 ppm)	75-09-2	Vapor	>480
Diphosgene	503-38-8	Líquido	>480
Hydrazine	302-01-2	Líquido	>280
Hypophosphorus acid (50%)	6303-21-5	Líquido	>480
Lewisite (L)	541-25-3	Líquido	>360
Mercuric I chloride (sat)	10112-91-1	Líquido	>480
Mercury	7439-97-6	Líquido	>480
Peracetic Acid (32%)	79-21-0	Líquido	>480
Phosgene	75-44-5	Vapor	>480
Phosphoric acid (85%)	7664-38-2	Líquido	>480
Sarin (GB)	107-44-8	Líquido	>480
Soman (GD)	96-64-0	Líquido	>480
Sulfur Mustard (HD)	505-60-2	Líquido	>480
Tabun (GA)	77-81-6	Líquido	>480
Thioglycolic acid	68-11-1	Líquido	>480
VX Nerve Agent	50782-69-9	Líquido	>480

t. Fato de proteção BQR fornecido em embalagem unitária;



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
DIREÇÃO DE FINANÇAS

- u. Etiqueta do fato de proteção, ou da embalagem unitária do fato, deve possuir no mínimo a seguinte informação:
- i. Identificação do artigo;
 - ii. Identificação do tamanho;
 - iii. Ano/Lote de fabrico.
- v. Aquisição das seguintes quantidades de acordo com os diferentes tamanhos disponíveis do fato:

Artigo	Tamanho	Quantidade
Fato de Proteção BQR	S	20 unidades
	M	20 unidades
	L	20 unidades

Item 2 – Cobre botas

As cobre botas ambidextras em borracha butílica garantem proteção contra os principais Agentes Químicos de Guerra (CWA) e Químicos Industriais Tóxicos (TIC);

1. Configurações básicas obrigatórias:

- a. Ambidextras;
- b. Cobre botas em borracha butílica;
- c. Garantem proteção durante mais de 48 horas contra os principais CWA e TICs;
- d. Em conformidade com o Regulamento 2016/425 e as normas EN 20347:2012 e EN 13832-3:2018;
- e. Tempo de vida útil ≥ 10 anos, quando armazenado, mantendo todas as suas características de proteção;
- f. Superfície lisa e antiestática;
- g. Sola anti-derrapante;
- h. Descontaminável;
- i. Sistema de fecho com 3 cintas integradas;
- j. Aquisição das seguintes quantidades de acordo com os diferentes tamanhos disponíveis de cobre botas:



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
DIREÇÃO DE FINANÇAS

Artigo	Tamanho	Quantidade
Cobre botas	M	10 unidades
	L	10 unidades

Cláusula 36.^a

Especificações Técnicas – LOTE 2

Os equipamentos, objeto deste Lote, devem cumprir as especificações detalhadas na presente cláusula:

Item 1 – Máscara de proteção respiratória

1. Características gerais:

- a. As máscaras de proteção respiratória com sistema de comunicação integrado são utilizadas em missões que exijam proteção respiratória e de condições extremas, nomeadamente fumos densos e tóxicos e obstáculos sonoros que não só causam stress no operacional, como também dificultam significativamente qualquer forma de comunicação;
- b. Em ambientes de ameaça BQR, em que é obrigatório o uso de equipamento de proteção individual (fato com proteção BQR) a comunicação é limitada e suprimida pelo EPI, por isso é fulcral incorporar na máscara um sistema de comunicação que transmita toda a informação de forma clara e inteligível entre todos os membros da equipa;

2. Configurações básicas obrigatórias:

- a. Corpo da máscara de silicone hipoalergénico;
- b. Máscara de proteção respiratória ergonómica, que se adapte a todos os contornos faciais e proporcione excelentes fatores de ajuste;
- c. Peça facial com dois rebordos de vedação independentes, proporcionando três anéis de vedação;
- d. Peça facial com grande apoio para o queixo, a fim de localizar e apoiar o queixo e proporcionar uma excelente vedação;
- e. Com a LDV retirada e a peça facial colocada, o operador deve poder respirar livremente;
- f. A força de tração do arnês de cabeça não deve ser aplicada diretamente nos bordos de vedação, para minimizar a deformação do vedante e evitar fugas;



S. R.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
DIREÇÃO DE FINANÇAS

- g. O corpo da peça facial deve ter apenas duas aberturas, a lente e o conector da porta frontal, para minimizar a possibilidade de fugas
- h. Peça facial deve ter uma proteção nasal de série que reduza o CO₂ para um valor médio inferior a 1% em volume;
- i. A proteção nasal deve ser facilmente removida ou substituída sem a utilização de ferramentas, para facilitar a limpeza e a desinfecção;
- j. O campo de visão efetivo deve ter uma dimensão máxima com base numa forma tridimensional;
- k. A peça facial deve ser concebida de modo que o ar do cilindro passe sobre a lente da peça facial antes da inalação, para evitar o embaciamento do interior da lente;
- l. A lente deve também estar disponível com um revestimento anti-riscos ou anti-embaciamento, como opção;
- m. Campo de visão amplo e otimizado, com viseira de policarbonato sem distorções;
- n. O material da armação da lente deve ser um material compósito robusto e não condutor, para uma melhor proteção da lente em caso de choque ou vibração;
- o. A armação da lente deve ser mantida unida por dois parafusos e duas porcas para uma substituição rápida e fácil da lente;
- p. A máscara deve estar equipada com um diafragma vocal;
- q. O diafragma vocal deve ser protegido contra danos para evitar que se danifique ou perfure;
- r. A válvula de exalação deve ser protegida por uma tampa;
- s. A tampa da válvula de exalação pode ser fixada por um parafuso de aço inoxidável;
- t. A tampa da válvula de exalação e a válvula de exalação devem poder ser facilmente removidas sem a utilização de ferramentas especiais, para facilitar a limpeza e a descontaminação;
- u. O arnês de cabeça deve ser feito de silicone;
- v. O arnês de cabeça deve ter nervuras na zona de contacto com a fivela de fecho, para evitar que escorregue ou se solte inadvertidamente;
- w. As correias do arnês de cabeça devem ser facilmente removíveis sem a utilização de ferramentas;
- x. Com tiras ergonómicas para um ajuste confortável, seguro e de fácil colocação e remoção;
- y. Máscara de duplo uso, podendo ser utilizada com filtro ou integrada a um sistema de respiração autónomo - Peça de ligação (RA - ligação de rosca Rd40);



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
DIREÇÃO DE FINANÇAS

- z. A máscara deve estar equipada com um conector roscado, em conformidade com a norma EN 148-1, que permita a adaptação de um filtro ou de uma válvula de aspiração pulmonar a um sistema de pressão normal;
- aa. Os requisitos da norma EN 136, classe 3, devem ser cumpridos e certificados;
- bb. A resistência respiratória à expiração do sistema com a válvula de exigência pulmonar ligada deve ser tão baixa quanto possível, a fim de proporcionar ao utilizador um conforto respiratório seguro mas elevado;
- cc. Máscara com permita a integração de um sistema de comunicação;
- dd. Sistema de comunicação de fixação rápida e fácil remoção, sem necessidade de ferramentas especiais;
- ee. Sistema de comunicação robusto, resistente a choques, à prova de água e resistente a temperaturas extremas com classe de proteção IP67;
- ff. Sistema de comunicação com distribuição equilibrada de pesos de forma a evitar o esforço dos músculos do pescoço e aumentar o conforto, sem restringir movimentos ou limitar o campo de visão;
- gg. Facilmente descontaminado após a missão;
- hh. Sistema de comunicação com redução de ruído digital de forma a suprimir automaticamente os ruídos ambientais e filtrar o ruído respiratório evitando que seja transmitido ao amplificador de voz ou rádio;
- ii. Permite a comunicação rápida e eficiente entre vários elementos da equipa ou entre diferentes equipas;
- jj. Capacidade de falar e ouvir ao mesmo tempo;
- kk. Fone de ouvido perfeitamente posicionado de forma a garantir a máxima clareza de voz;
- ll. Energia do sistema de comunicação fornecida por 2 pilhas AA;
- mm. Alarme sonoro com diferentes tons para avisar sobre o estado da bateria e para avisar se estamos fora do alcance da comunicação da equipa;
- nn. Sistema de comunicação desliga automaticamente quando não estiver a ser usado;
- oo. Amplificadores de voz em ambos os lados do sistema de comunicação para aumentar a qualidade de som;
- pp. Botão do tipo Push-To-Talk (PTT) grande para facilitar o acesso ao rádio tático;
- qq. Rádio tático pode ser conectado através de cabo ou por Bluetooth;



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
DIREÇÃO DE FINANÇAS

rr. Aquisição das seguintes quantidades de acordo com os diferentes tamanhos disponíveis de máscaras:

Artigo	Tamanho Peça Facial	Tamanho <i>Nose Cup</i>	Quantidade
Máscara de proteção respiratória com sistema de comunicação	S	S	2 unidades
	M	M	2 unidades

Cláusula 37.^a

Especificações Técnicas – LOTE 3

Os equipamentos, objeto deste Lote, devem cumprir as especificações detalhadas na presente cláusula:

Item 1 – Colete de refrigeração

1. Características gerais:

- a. Colete de refrigeração ajuda a reduzir o aumento da temperatura corporal do operador em ambientes quentes ou ambientes adversos, onde o uso de equipamento de proteção individual é obrigatório, minimizando assim o stress térmico e a fadiga.

2. Configurações básicas obrigatórias:

- b. Compatível para ser usado por baixo de fatos de proteção;
- c. Resfriamento automático acima de 28oC;
- d. Constituído por 20 elementos de PCM (Phase Change Material) integrados ao colete;
- e. Os elementos PCM absorvem o calor corporal excessivo, o que reduz a temperatura corporal em aproximadamente 3-4oC;
- f. Peso máximo (colete + elementos PCM) de 2,2Kg;
- g. Disposição dos elementos de PCM devem proporcionar liberdade de movimento;
- h. Ação de resfriamento com duração até 4 horas;
- i. Capacidade de regenerar quando armazenado dentro de 4 horas, no máximo, fim dos quais estão prontos para serem usados novamente;
- j. Sem necessidade de congelação;
- k. Fecho largo de velcro;
- l. Fácil colocação e remoção do colete;



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
DIREÇÃO DE FINANÇAS

- m. Possibilidade de lavagem do colete após remoção dos elementos PCM.
- n. Bolsa de Transporte incluída, de preferência de cor preta.
- o. **Aquisição de dois (2) coletes tamanho S/L e um (1) colete tamanho L/XL.**

Cláusula 38.^a

Especificações Técnicas – LOTE 4

Os equipamentos, objeto deste Lote, devem cumprir as especificações detalhadas na presente cláusula:

Item 1 ao item 26 – Material de laboratório

O material de laboratório é todo o material necessário para o manuseamento, preparação e análise de amostras que contenham produtos químicos tóxicos, bem como material necessário para garantir a segurança do operador durante este processo;

1. Configurações básicas obrigatórias:

O material de laboratório deve incluir os seguintes itens de acordo com as suas características básicas obrigatórias:

- a. Uma colher de aço inoxidável de 350ml com ligação uniforme entre a concha e a pega, sem fendas e rebordos; **(item 1)**
- b. Três atomizadores de pressão em PP/PE/HDPE com capacidade de 1500ml. O atomizador deve possuir um jato de pulverização ajustável e deve incluir uma lança pulverizadora que permita a extensão da pulverização até, pelo menos, 30cm. **(item 2)**
- c. Uma embalagem de 50 panos absorventes com dimensões de 510 x 380mm, ideais para absorver químicos altamente corrosivos. Estes panos devem ser constituídos por oito (8) camadas de 100% PP ligadas termicamente para tornar os panos extremamente fortes, de forma a não se romperem ou desfiarem quando saturados de químicos altamente tóxicos; **(item 3)**
- d. Uma embalagem de 10 colheres de amostragem de capacidade de 150ml, com tampa transparente, ideais para colheita de amostras de pós, granulados e pastas. Cada colher deve ser embalada individualmente e esterilizada com radiação gama; **(item 4)**



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
DIREÇÃO DE FINANÇAS

- e. Uma embalagem de 100 colheres de amostragem descartáveis, com capacidade de 10ml. Colheres ideais para colheita de pós, granulados e pastas. Cada colher deve ser embalada individualmente e esterilizada com radiação gama; **(item 5)**
- f. Duas embalagens de 5 pinças de polioximetileno (POM), do tipo romba, de 118mm de comprimento. As pinças devem ter autoclaváveis, robustas, dobráveis e com excelente capacidade de retorno ao formato original; **(item 6)**
- g. Cinco pinças de aço inoxidável, do tipo romba, de 145mm de comprimento. As pinças devem ser anti-magnéticas e resistentes à corrosão; **(item 7)**
- h. Uma embalagem de 500 sacos de amostragem esterilizados com fecho, transparentes, de PE com capacidade de 60ml. Os sacos devem ser à prova de rasgões e com possibilidade de serem rotulados. As extremidades das abas dos sacos são seladas em filme plástico; **(item 8)**
- i. Uma embalagem de 500 sacos de amostragem esterilizados com fecho, transparentes, de PE com capacidade de 150ml. Os sacos devem ser à prova de rasgões e com possibilidade de serem rotulados. As extremidades das abas dos sacos são seladas em filme plástico; **(item 9)**
- j. Uma embalagem de 500 sacos de amostragem esterilizados com fecho, transparentes, de PE com capacidade de 450ml. Os sacos devem ser à prova de rasgões e com possibilidade de serem rotulados. As extremidades das abas dos sacos são seladas em filme plástico; **(item 10)**
- k. Cinco frascos de PTFE com boca larga e com capacidade de 50ml. Frascos resistentes a temperaturas de -200oC a 280oC e com diâmetro interior da boca de, pelo menos, 25mm, para facilitar o enchimento e a limpeza. Frasco com pegas especiais encastradas para facilitar o manuseio; **(item 11)**
- l. Cinco frascos de PTFE com boca larga e com capacidade de 100ml. Frascos resistentes a temperaturas de -200oC a 280oC e com diâmetro interior da boca de, pelo menos, 35mm, para facilitar o enchimento e a limpeza. Frasco com pegas especiais encastradas para facilitar o manuseio; **(item 12)**
- m. Uma embalagem de 100 pipetas serológicas de 50ml. Pipetas de poliestireno 100% de alta clareza, graduadas e estéreis. Graduações calibradas para uma dispensação exata em $\pm 3\%$. Pipetas embaladas individualmente em sacos de papel-plástico; **(item 13)**



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
DIREÇÃO DE FINANÇAS

- n. Uma embalagem de 100 sacos autoclaváveis em PP, com de 50µm de espessura, transparentes, com dimensões de 610 x 760mm. **(item 14)**
- o. Um suporte para manter os sacos descartáveis sempre abertos e prontos a usar. Suporte com armação de arame em aço inoxidável, base em PP que serve de tabuleiro de fugas e autoclavável de forma a manter a esterilidade; **(item 15)**
- p. Um controlador de pipetas de vidro e plástico de 0,1ml a 100ml. Controlador leve e ergonómico para uim pipetagem sem fadiga, com velocidade máxima de pipetagem de, pelo menos, 13,5ml/s (com pipeta de 50ml) e com LED que indique o estado da carga da bateria; **(item 16)**
- q. Três espátulas de colher de 235mm de comprimento, com uma ponta em colher e outra plana. Tamanho da colher no mínimo de 25 x 18mm; **(item 17)**
- r. Cinco embalagens de 100 luvas de nitrilo, ambidextras, tamanho S, com comprimento de 300mm, isentas de latex, sem pó, com 0,16mm de espessura da palma e 0,10mm espessura do punho, com certificações EN ISO 374-1 Type C, EN 374-5 VIRUS; Cat. III; AQL 1,5; **(item 18)**
- s. Cinco embalagens de 100 luvas de nitrilo, ambidextras, tamanho M, com comprimento de 300mm, isentas de latex, sem pó, com 0,16mm de espessura da palma e 0,10mm espessura do punho, com certificações EN ISO 374-1 Type C, EN 374-5 VIRUS; Cat. III; AQL 1,5; **(item 19)**
- t. Cinco embalagens de 100 luvas de nitrilo, ambidextras, tamanho L, com comprimento de 300mm, isentas de latex, sem pó, com 0,16mm de espessura da palma e 0,10mm espessura do punho, com certificações EN ISO 374-1 Type C, EN 374-5 VIRUS; Cat. III; AQL 1,5; **(item 20)**
- u. Seis pares de luvas de butilo, resistentes a químicos, tamanho 7, sem látex, com comprimento de 350mm, com uma espessura de 0,35mm e reutilizáveis. Luvas que garantem proteção contra produtos químicos industriais com formato ergonómico natural e toque macio. Certificações EN ISO 374-1:2016 Type A, EN ISO 374-5:2016, EN 388, Cat. III; AQL 1,5; **(item 21)**
- v. Dois pares de luvas de butilo, resistentes a químicos, tamanho 8, sem látex, com comprimento de 350mm, com uma espessura de 0,35mm e reutilizáveis. Luvas que garantem proteção contra produtos químicos industriais com formato ergonómico natural



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
DIREÇÃO DE FINANÇAS

- e toque macio. Certificações EN ISO 374-1:2016 Type A, EN ISO 374-5:2016, EN 388, Cat. III; AQL 1,5; **(item 22)**
- w. Oito filtros combinados, classe A2B2E2K2HgCONOP3, com caixa alumínio, compatível com máscaras de proteção respiratória, com conetores em conformidade com a EN 148-1. Certificações EN 141:2000, EN 14387, EN 143:2000, EN 371; **(item 23)**
- x. Três filtros do tipo 1140, classe AXP3, com caixa alumínio, compatível com máscaras de proteção respiratória, com conetores em conformidade com a EN 148-1. Certificações EN 141:2000, EN 14387, EN 143:2000, EN 371; **(item 24)**
- y. Cinco rolos de fitas resistentes a produtos químicos, do tipo ChemTape, com 5.1 cm de largura e 55m de comprimento, que rasgue facilmente com mão, para selar as aberturas dos equipamentos de proteção individual e fixar luvas e botas ao fato de proteção. Ideal para ser utilizada pelas equipas de resposta a incidentes com materiais perigosos; **(item 25)**
- z. Dois recipientes de aço inoxidável com capacidade de 2L, com diâmetro de abertura de 140mm e altura de 160mm. Com tampa à prova de respingos fixada por grampos articulados. Com duas alças laterais, interior totalmente soldado e sem fendas, acabamento com polimento espelhado de alta qualidade, com vedação de silicone removível e fácil de limpar. **(item 26)**

Cláusula 39.^a

Especificações Técnicas – LOTE 5

Os equipamentos, objeto deste Lote, devem cumprir as especificações detalhadas na presente cláusula:

Item 1 – Mala à prova de água e poeira

A mala resistente e à prova de água e poeira, com o objetivo de garantir o transporte de amostras.

1. Configurações básicas obrigatórias:

- a. Mala robusta, à prova de água e poeira, com espuma de enchimento no seu interior;
- b. Mala de cor preta;
- c. Peso (com espuma de enchimento) inferior a 20kg;
- d. Volume de 200L;



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
DIREÇÃO DE FINANÇAS

- e. Dimensão máxima de 850 x 650 x 500 mm;
- f. Flutuabilidade máxima de 144 kg;
- g. Flutuante e submergível até 1 metro;
- h. Mala resistente a temperaturas entre os -33oC e os 90oC;
- i. Mala com rodas auto-lubrificantes;
- j. Existência de duas alças laterais;
- k. Existência de uma alça retrátil;
- l. Orifícios na zona de abertura da mala, de aço inoxidável, para colocação de cadeados;
- m. Mala com válvula de pressurização automática.

Item 2 – Mala com carrinho e gavetas

A mala com carrinho e gavetas permite o transporte de material de colheita de amostras de forma organizada e categorizada por tipo de amostra, de forma a agilizar o processo de amostragem.

1. Configurações básicas obrigatórias:

- a. Mala robusta hermética, à prova de água e póis;
- b. Com carrinho e 4 gavetas removíveis;
- c. Mala de cor preta;
- d. Dimensão máxima de 600 x 400 x 500 mm;
- e. Peso máximo (vazio) de 10 kg;
- f. Mala resistente a temperaturas entre os -33oC e os 90oC;
- g. Com rodas auto-lubrificantes;
- h. Todas as gavetas são equipadas com um sistema de retenção de forma a impedir a queda acidental das respectivas gavetas;
- i. Possui quatro fechaduras superiores anti entupimento com mecanismo de abertura fácil e quatro principais fechaduras frontais;
- j. Alça telescópica;
- k. Com duas alças laterais;
- l. Mala com válvula de pressurização automática.



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
DIREÇÃO DE FINANÇAS

Item 3 – Mala hermética e resistente a químicos

A mala hermética e resistentes a químicos permite o transporte de materiais e amostras de forma segura e estanque.

1. Configurações básicas obrigatórias:

- a. Mala robustecida, hermética e resistente a produtos químicos, humidade e poeira, com espuma de enchimento interior;
- b. Mala de cor preta;
- c. Dimensões máximas de 650 x 500 x 300 mm;
- d. Peso máximo (com espuma de enchimento) de 12 Kg;
- e. Volume de 53L;
- f. Flutuabilidade máxima de 37,20 kg;
- g. Mala resistente a temperaturas entre os -33oC e os 90oC
- h. Com rodas autolubrificantes;
- i. Mala dobradiça à prova de corrosão;
- j. Com válvula de pressurização manual;
- k. Alça telescópica com sistema de abertura e fecho rápidos;
- l. Alça de borracha, reforçada com aço inoxidável;
- m. Com duas alças laterais;
- n. Orifícios na zona de abertura da mala, de aço inoxidável, para colocação de cadeados.

Cláusula 40.^a

Especificações Técnicas – LOTE 6

Os equipamentos, objeto deste Lote, devem cumprir as especificações detalhadas na presente cláusula:

Item 1 – Compressor

Compressor leve e versátil para enchimento de cilindros de ar respirável.

1. Configurações básicas obrigatórias:

- a. Equipamento leve e versátil;
- b. Débito de 100 L/min;



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
DIREÇÃO DE FINANÇAS

- c. Acionamento elétrico monofásico 230V/50Hz;
- d. Pressão de serviço de 300bar;
- e. Pressão máxima de 330bar;
- f. Um (1) dispositivo de enchimento a 300bar;
- g. Assistência técnica em regime de 24h;
- h. Incluir entrega, arranque inicial do funcionamento e formação;

Item 2 – Bateria portátil

Bateria portátil que permite o fornecimento de energia em situações de emergências, nomeadamente apagões de longa duração.

1. Configurações básicas obrigatórias:

- a. Equipamento com potência CA de 3600W e que pode ser expandida até 4500W com tecnologia X-Boost;
- b. Possibilidade de emparelhar com outro equipamento de características idênticas, de forma a atingir os 7200W;
- c. Voltagem de entrada entre os 220-240 V;
- d. Tecnologia de carregamento rápida e segura;
- e. Carregamento completo da bateria em 2h;
- f. Fonte de carregamento por energia solar (1600W Max, 11-150V, 15A), por isqueiro de automóvel (suporte de bateria de 12V/24V, 8A) e por AC (2900W Max, 230V-12.5A);
- g. Quatro tomadas de saídas AC;
- h. Duas portas de saída USB-A;
- i. Duas portas de saída USB-C;
- j. Duas portas de saída DC5521;
- k. Uma porta Anderson (12.6V, 30A);
- l. Peso máximo de 50Kg;
- m. Dimensão máxima de 65 x 30 x 45 cm;
- n. Possui um monitor de LCD
- o. Possui rodas para facilitar o transporte;
- p. Ligação: Wi-fi, Bluetooth e com fios;



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
DIREÇÃO DE FINANÇAS

Item 4 – Caixa isotérmica

Caixa isotérmica portátil, robusta e facilmente projetável para o transporte de amostras em qualquer lugar.

1. Configurações básicas obrigatórias:

- a. Caixa isotérmica robusta, facilmente descontaminável e resistente a descontaminantes com hipoclorito de sódio (lixívia);
- b. Trancável (com ou sem sistema de fecho);
- c. Com vedantes de forma a selar e a garantir a manutenção da temperatura durante mais tempo;
- d. Transportável com pega e/ou com alça para transporte pessoal;
- e. Volume de armazenamento igual ou superior a 20 litros;
- f. Com pelo menos 10 packs de congelação incluídos;
- g. Preferencialmente com cor exterior: verde tropa ou preto.

Cláusula 41.^a

Especificações Técnicas – LOTE 7

Os equipamentos, objeto deste Lote, devem cumprir as especificações detalhadas na presente cláusula:

Item 1 – Detetor multigases

1. Características gerais:

- a. Dispositivo de deteção de multigases com capacidade de medir de 1 a 7 gases, permite a deteção de gases combustíveis e tóxicos, além de vapores e oxigénio. Pode ser utilizado em instalações laboratoriais ou em contexto operacional.
- b. A aquisição do equipamento inclui o fornecimento, instalação, formação e verificação.

2. Configurações básicas obrigatórias:

- a. Detetor com bomba potente com capacidade de medir 1 a 7 gases;
- b. Configuração do detetor com os seguintes sensores:

Sensor	Intervalo de medição	Resolução
--------	----------------------	-----------



S. R.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
DIREÇÃO DE FINANÇAS

Sensor de fotoionização PID-HC	0 a 2.000 ppm isobuteno 0 a 1.000 ppm benzeno	dependendo do valor do gás, começando com 0,1 ppm
Sensor infravermelho duplo IR-Ex/CO ₂ ES	0 a 100 % LEL	1 % LEL
	0 a 100 vol % metano, propano, eteno, n-butano	0,1 vol % CH ₄
	0 a 5 vol % CO ₂	0,01 vol % CO ₂ ou 50 ppm CO ₂
Sensor electroquímico XXS H ₂ S-LC / CO-LC	0 a 2.000 ppm CO/	1 ppm CO
	0 a 100 ppm H ₂ S	0,1 ppm H ₂ S
Sensor electroquímico XXS O ₂	0 a 25 vol %	0,1 vol %
Sensor electroquímico XXS SO ₂	0 a 100 ppm	0,1 ppm

- c. Construção compacta e robusta, podendo o detetor resistir até às condições mais hostis;
- d. Temperatura de funcionamento entre -20oC e os 50oC;
- e. Possibilidade de ser conectado a mangueiras/sondas;
- f. Prático e intuitivo, de forma a ser possível operar com apenas uma mão;
- g. Dotado de funções de software avançadas, com alternância da medição de gás entre sensores PID, CatEx e IV durante a operação;
- h. Com biblioteca interna e assistente inteligente para ocultar os canais de sensores não usados, de modo a adaptar o instrumento à tarefa de medição;
- i. Visor colorido de fácil leitura e com função zoom;
- j. Sistema de sinalização com código de cores conforme as exigências das EN 60079-29-1, EN 45544-1 e EN 50104;
- k. Em caso de alarme, o detetor deve emitir LEDs de alarme coloridos, uma sirene alta (pelo menos 100dB a uma distância de 30cm) e uma vibração claramente perceptível;
- l. Equipado com um sistema de deteção de impacto;
- m. Calibração rápida e simples usando para o efeito uma estação de calibração;
- n. Possuir recarga por indução e a possibilidade de conectar uma base de recarga a outra;



S. R.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
DIREÇÃO DE FINANÇAS

- o. Desempenho dos sensores verificado por um órgão de aprovação externo com o propósito de aprovar o desempenho de medição (EN 60079-29-1) para os gases e vapores combustíveis metano, propano e n-nonano, dentre outros.
- p. Transferência de dados de medição com rapidez e facilidade para um aplicativo por via on-line;
- q. Possibilidade de criação de relatórios de medição de forma rápida e cómoda;
- r. Com carregador por indução para recarga de 1 aparelho;
- s. Com plugue de alimentação para recarga de 1 aparelho;
- t. Com bolsa de transporte;
- u. Com alça resistente, para que o equipamento possa ser transportado com conforto;
- v. Com sonda telescópica de aço inoxidável;
- w. Com mangueira compatível com comprimento, de pelo menos 5m, e respetivos adaptadores.

Item 2 – Detetor de HCN

1. Características gerais:

- a. Equipamento de deteção confiável e preciso que detecta concentrações perigosas de gás cianeto de Hidrogénio (HCN);
- b. A aquisição do equipamento inclui o fornecimento, instalação, formação e verificação.

2. Configurações básicas obrigatórias:

- c. Robusto e portátil;
- d. Equipamento com leituras precisas, mesmo em condições extremas;
- e. Sensores com baixos tempos de resposta;
- f. Detete o gás HCN na faixa dos 0 - 50 ppm e com limites de alarme 1,9 / 3,8 ppm;
- g. Sensores com capacidade de tolerar pressões atmosféricas entre 700 e 1300 hPa;
- h. Temperatura de funcionamento entre os -30oC até aos 55oC;
- i. Sensor protegido por membrana de fácil substituição;



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
DIREÇÃO DE FINANÇAS

- j. Sinal luminoso que indique que o detetor está testado e pronto para ser operar;
- k. Visor grande que indique claramente a concentração do gás HCN detetado;
- l. Visor com retroiluminação de forma a permitir a leitura mesmo em ambientes com pouca luminosidade;
- m. Alarme através de sinal luminoso (visível de qualquer ângulo), de sinal acústico (volume no mínimo de 90dB) e de sinal vibratório;
- n. Possibilidade de definir outros limites de alarme;
- o. Vida útil da bateria, de pelo menos, 2 anos;
- p. Dados facilmente transferidos para PC através de uma interface e por Bluetooth;
- q. Cumpra com os requisitos especificados pelo padrão IP68;

Item 3 – Detetor de Cl₂

1. Características gerais:

- a. Equipamento de deteção confiável e preciso que detecta concentrações perigosas de gás cloro (Cl₂);
- b. A aquisição do equipamento inclui o fornecimento, instalação, formação e verificação.

2. Configurações básicas obrigatórias:

- a. Robusto e portátil;
- b. Equipamento com leituras precisas, mesmo em condições extremas;
- c. Sensores com baixos tempos de resposta;
- d. Detete o gás Cl₂ na faixa dos 0 - 20 ppm e com limites de alarme 0,5 / 1,0 ppm;
- e. Sensores com capacidade de tolerar pressões atmosféricas entre 700 e 1300 hPa;
- f. Temperatura de funcionamento entre os -30oC até aos 55oC;
- g. Sensor protegido por membrana de fácil substituição;
- h. Sinal luminoso que indique que o detetor está testado e pronto para ser operar;
- i. Visor grande que indique claramente a concentração do gás HCN detetado;
- j. Visor com retroiluminação de forma a permitir a leitura mesmo em ambientes com pouca luminosidade;



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
DIREÇÃO DE FINANÇAS

- k. Alarme através de sinal luminoso (visível de qualquer ângulo), de sinal acústico (volume no mínimo de 90dB) e de sinal vibratório;
- l. Possibilidade de definir outros limites de alarme;
- m. Vida útil da bateria, de pelo menos, 2 anos;
- n. Dados facilmente transferidos para PC através de uma interface e por Bluetooth;
- o. Cumpra com os requisitos especificados pelo padrão IP68;

Cláusula 42.^a

Especificações Técnicas – LOTE 8

Os equipamentos, objeto deste Lote, devem cumprir as especificações detalhadas na presente cláusula:

Item 1 – Detetor com tecnologia IMS (Ion Mobility Spectroscopy) integrada

1. Características gerais:

- a. Detetor de químicos com o IMS (Ion Mobility Spectrometry) integrado e um sensor ECD (Electrochemical Detector) que permite a deteção e identificação de agentes químicos de guerra (CWAs), gases químicos perigosos e compostos industriais tóxicos (TICs).
- b. A aquisição do equipamento inclui o fornecimento, instalação, formação e verificação.

2. Configurações básicas obrigatórias:

- a. Deteção simultânea com o IMS integrado e o sensor ECD, de forma a proporcionar um elevado nível de segurança através da deteção de uma vasta gama de CWAs e TICs, incluindo:

Substância Química	Sigla	Substância Química	Sigla
Tabun	GA	Ácido Cianídrico	HCN
Sarin	GB	Ácido Fluorídrico	HF
Soman	GD	Ácido Clorídrico	HCl
VX	VX	Arsina	AsH₃
Mustarda de Enxofre	HD	Hydrazine	N₂H₄
Lewisite	L	Metil Mercaptano	CH₄S



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
DIREÇÃO DE FINANÇAS

Cianeto de Hidrogénio	AC	Sulfato de Dimetilo	C₂H₆O₄S
Cloreto de cianogénio	CK	Fosfina	PH₃
Fosgénio	CG		

- b. IMS de alta resolução, com fonte de ionização Ni63 em modo positivo e negativo;
- c. Resultados quantitativos, até pelo menos 2 substâncias identificadas;
- d. Design do IMS estanque/fechado, de forma a garantir a sua proteção contra influências ambientais;
- e. A tecnologia IMS deve detetar compostos com concentrações na gama dos ppb, com alta sensibilidade para Agentes Vesicantes, Hemotóxicos e Sufocantes.
- f. Um (1) sensor ECD, com o respetivo kit de montagem para efetuar o procedimento de troca do sensor pelo operador, quando necessário;
- g. Portátil e compacto;
- h. Fácil e intuitivo de operar;
- i. Arranque automático, com modo de auto-verificação antes da operação e sem necessidade de calibração;
- j. Modo de limpeza automático;
- k. Intervalo de deteção: ppb a ppm;
- l. Temperatura de funcionamento entre os -30oC até aos 50oC;
- m. Indicação de alarme por sinal luminoso (LED), visual (indicação da substância no monitor) e acústico;
- n. Bateria recarregável e que garanta o funcionamento do equipamento durante, pelo menos, 8h;
- o. Comunicação por RS232 e Bluetooth®;
- p. Memória para armazenamento de dados até 4GB;
- q. Se o tempo de semi-vida do sensor ECD é inferior ou igual a 1 ano, existir a possibilidade de emissão de voucher com a validade mínima de 2 anos, para a aquisição futura do respetivo sensor, caso haja a impossibilidade do fabricante fornecer o equipamento de deteção e sensor separadamente.



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
DIREÇÃO DE FINANÇAS

Cláusula 43.^a

Especificações Técnicas – LOTE 9

Os equipamentos, objeto deste Lote, devem cumprir as especificações detalhadas na presente cláusula:

Item 1 – Equipamento de monitorização de qualidade do ar

1. Características gerais:

- a. Equipamento de monitorização da qualidade do ar monitoriza a poluição do ar, ou seja, deteta em tempo real partículas (PM_{2,5} e PM₁₀), valores de dióxido de carbono (CO₂), formaldeído, temperatura e humidade.
- b. A aquisição do equipamento inclui o fornecimento, instalação, formação e verificação.

2. Configurações básicas obrigatórias:

- a. Equipamento multifuncional com sensor partículas a laser díodo QSI de última geração e algoritmos PSO (Particle Swarm Optimization) para medição de alta precisão e com sensor de dióxido de carbono NDIR (non-dispersive IR sensor);
- b. Capacidade de fazer leituras de CO₂, formaldeído e partículas PM_{2,5} e PM₁₀, de acordo com as seguintes especificações de cada sensor:

Sensor	Gama de Medição	Resolução	Precisão
Dióxido de Carbono (CO ₂) Non-Dispersive Infrared (NDIR) Sensor	0 - 5000 ppm	1 ppm	± (50ppm + 5%)
Formaldeído (HCHO)	0 a 5mg/m ³	0.001mg/m ³	-
PM_{2,5} Sensor de laser PM Sensor	0-999 ug/m ³	0.1ug/m ³	±10 ug/m ³ (0-100ug/m ³); ±10%(100-500 ug/m ³)
PM₁₀ Laser PM Sensor	0 - 999 ug/m ³	0.1ug/m ³	±10 ug/m ³ (0-100ug/m ³); ±10%(100-500 ug/m ³)



S. R.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
DIREÇÃO DE FINANÇAS

- c. Capacidade de fazer leituras de temperatura entre 0 – 50oC e humidade entre 0-90% RH;
- d. Entrada de ar larga de forma a permitir que mais amostras de ar sejam monitorizadas e que os resultados da deteção sejam mais precisos;
- e. Possibilidade de efetuar configurações ao nível do intervalo dos registos de dados, da exibição ou não exibição de dados, do intervalo que aciona o alarme e do som do alarme;
- f. Visor colorido TFT LCD;
- g. Bateria interna recarregável de, pelo menos, 3000mAh;
- h. Capacidade do equipamento de monitorização operar continuamente durante o mínimo de 6h, quando bateria completamente carregada;
- i. Acessórios incluídos:
 - i. Uma (1) bateria recarregável;
 - ii. Um (1) manual de utilização
 - iii. Um (1) cabo USB;
 - iv. Um (1) mala de transporte.
- j. Calibração 2 pontos de temperatura e humidade e CO2.

Cláusula 44.^a

Suporte e Apoio Técnico

1. Os serviços objeto do procedimento, incluem o apoio técnico até ao final do contrato, com disponibilidade nos sete dias da semana, 24 horas por dia, num número de voz fixo ou móvel.
2. O contacto de suporte deverá ser disponibilizado imediatamente após a adjudicação.